



Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 106 • Número 165 • São Paulo • Quinta-Feira, 29 de Agosto de 1996

PODER LEGISLATIVO

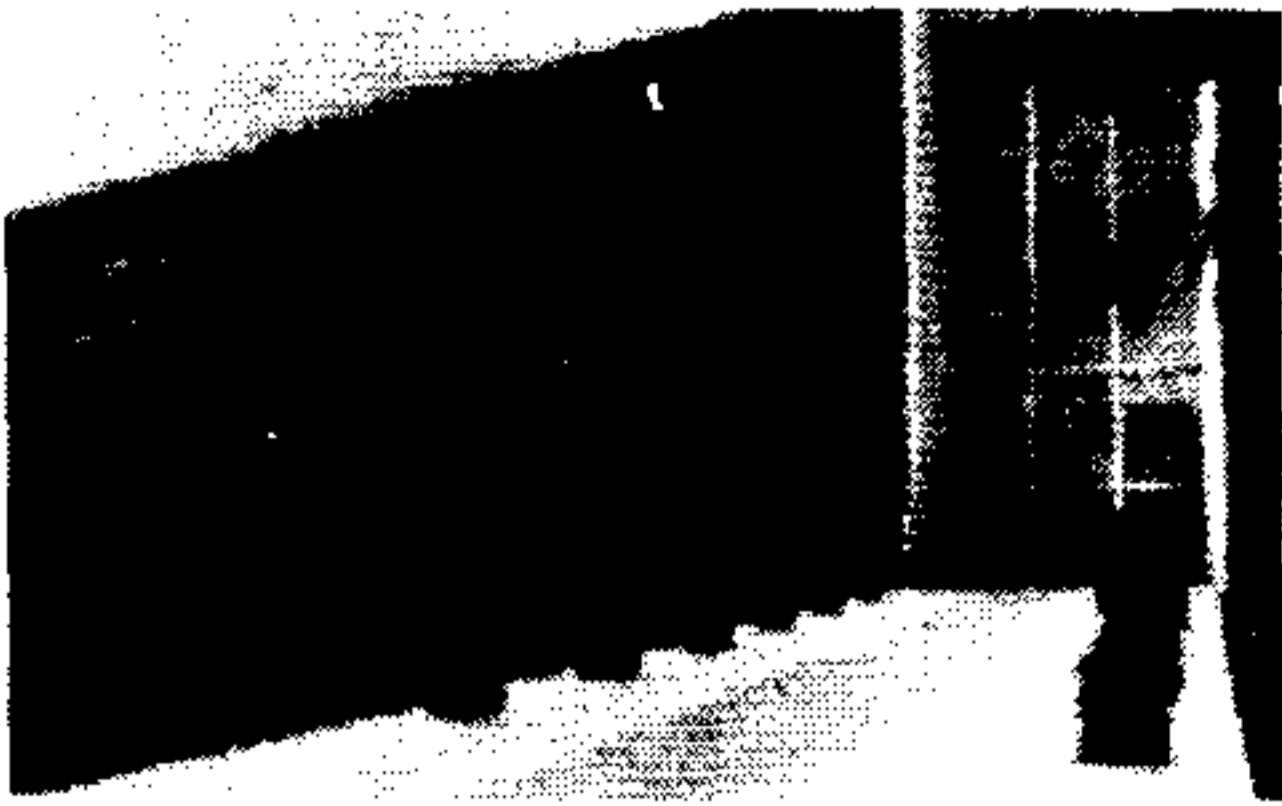
Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura
Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Ricardo Trípoli

1º Secretário: Luiz Carlos da Silva
3º Secretário: Mauro Bragato

1º Vice-Presidente: Clóvis Volpi
2º Vice-Presidente: Afanasio Jazadji

2º Secretário: Roberval Conte Lopes Lima
4º Secretário: Roberto Gouveia



LEIS

Retificações

Leia-se como segue, e não como constou:

Lei n.º 9.366, de 27 de agosto de 1996

(Projeto de Lei n.º 155, de 1995, do Deputado Sylvio Martini)

O Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de agosto de 1996

a) RICARDO TRÍPOLI — Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de agosto de 1996.

a) José Osvaldo Cidín Vália — Secretário-Diretor Geral

(Publicado no DR de 28-8-96.)

ORDEM DO DIA

29 de Agosto de 1996
119ª Sessão Ordinária

Proposição em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer nº 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de nºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer nº 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de nºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer nº 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de nº 21, na forma de sua subemenda, às emendas de nºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

2-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 1996, (Autógrafo nº 23196) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a adotar as medidas que especifica, objetivando a redução de pessoal no serviço público estadual. Parecer nº 1758, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

3-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 506, de 1988, (Autógrafo nº 23037), vetado totalmente, apresentado pelo Deputado Vicente Botta, criando a Região Administrativa de São Carlos, com sede naquele Município. Parecer nº 465, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

4-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 201, de 1991, (Autógrafo nº 23073), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Toninho da Pamonha, dispondo sobre o plantio de árvores frutíferas e ornamentais às margens das rodovias Estaduais. Parecer nº 468, de 1996, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

5-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1188, de 1991, (Autógrafo nº 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer nº 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

6-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 252, de 1992, (Autógrafo nº 23179) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Mauro Bragato, alterando a redação do artigo 1º da Lei nº 3735, de 1983, que dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas ao longo das estradas estaduais. Parecer nº 999, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

7-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 405, de 1992, (Autógrafo nº 23074), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Israel Zekcer, dispondo sobre a obrigatoriedade das academias de ginástica, escolas de

ginástica, ou qualquer outra modalidade desportiva, de manterem, em horário de funcionamento, médico com especialização em medicina desportiva. Parecer nº 470, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 553, de 1992, (Autógrafo nº 23172) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Edson Ferrarini, dispondo sobre o transporte de sucata metálica nas estradas estaduais. Parecer nº 841, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Prazo 14/04/96 - Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

9-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 135, de 1993, (Autógrafo nº 22969), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, dando a denominação de "Maestro Camargo Guarneri" à Universidade Livre de Música, da Secretaria da Cultura, na Capital. Parecer nº 315, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

10-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 168, de 1993, (Autógrafo nº 23158), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, criando o "Dia Estadual do Detetive Particular. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 344, de 1993, (Autógrafo nº 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço (Self-Service) em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer nº 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 802, de 1993, (Autógrafo nº 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer nº 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

13-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 944, de 1993, (Autógrafo nº 23075), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Gilson Menezes, dispondo sobre a consignação do seguro para cobertura de acidentes pessoais nos bilhetes de ingresso aos eventos culturais. Parecer nº 466, de 1996, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

14-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1004, de 1993, (Autógrafo nº 23159), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, alterando a redação do artigo 7º da Lei nº 6544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica. Parecer nº 480, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

15-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 171, de 1994, (Autógrafo nº 23034), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Mauro Bragato, dando a denominação de "Herlon Apolinário de Vasconcelos" à ponte que liga o município de Palmítal à Andaraí. Pareceres nºs 327 e 328, de 1996, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Transportes, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

16-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 411, de 1994, (Autógrafo nº 23133), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, dando a denominação de "Prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz" ao edifício sede da Secretaria de Estado dos Negócios de Planejamento e Gestão, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

17-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 500, de 1994, (Autógrafo nº 22981), vetado totalmente, apresentado pelo Deputado Uebe Rezek, dando a denominação de "Sr. Washington Junqueira Franco" à Escola Estadual de 1º Grau do Conjunto Habitacional do CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, Olímpia F, em Olímpia. Parecer nº 131, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

18-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 70, de 1995, (Autógrafo nº 23093), vetado totalmente, apresentado pela deputada Célia Leão, dando a denominação de "Nathalio Zanotta Sabino" à Escola Estadual de 1º Grau (Rural), do bairro de Ibitiruna, em Piracicaba. Parecer nº 476, de 1995, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

19-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 162, de 1995, (Autógrafo nº 23180) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, dando a denominação de "Sargento Romão" à Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado, na Capital. Parecer nº 996, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

20-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 182, de 1995, (Autógrafo nº 23117), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, alterando a Lei nº 8.335, de 7 de julho de 1993, que deu denominação a estabelecimento de ensino situado em Vargem Grande do Sul. Parecer nº 474, de 1996, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

21-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham

cumprido integralmente suas penas tomando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

22-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 228, de 1995, (Autógrafo nº 23181) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Celdino Crespo, dando a denominação de "Maria José Braga" à Escola Estadual de 1º Grau do Bairro dos Morros, em Sorocaba. Parecer nº 997, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

23-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 317, de 1995, (Autógrafo nº 23120), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Celdino Crespo, dando a denominação de "Prof. João Tortello" ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento ao Magistério - CEFAM, em Sorocaba. Parecer nº 471, de 1996, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

24-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 330, de 1995, (Autógrafo nº 23182) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Lume, dando a denominação de "Dr. Caetano Virgílio Netto" ao Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), na Capital. Parecer nº 998, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

25-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 361, de 1995, (Autógrafo nº 23123), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Junji Abe, alterando a Lei nº 3216, de 5 de janeiro de 1982, que deu a denominação de "Prof. Alfredo Rolim de Moura" à Rodovia SP-88. Parecer nº 477, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

26-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 362, de 1995, (Autógrafo nº 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

27-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 474, de 1995, (Autógrafo nº 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

28-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 560, de 1995, (Autógrafo nº 23174) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Estevam Galvão, dispondo sobre a ação conjunta de compatibilização dos estabelecimentos industriais. Parecer nº 1055, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Prazo: 14/04/96 - Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

29-Veto-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 924, de 1995, (Autógrafo nº 23186), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a prestar contragarantia ao Tesouro Nacional com vistas à obtenção de garantia da União à operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM junto ao Fomento de Comércio Exterior S/A - FOCOEX. Pareceres nºs 1051 e 1052, de 1996, respectivamente, da Comissão de Justiça e de relator especial pela Comissão de Transportes, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

30-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 6, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER e o DAEE a doarem imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferir, à CDHU os imóveis que receber em doação, bem como outros já de sua propriedade, na forma que especifica. Com emendas. Parecer nº 651, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas de nºs 1 e 2. Parecer nº 652, de 1996, de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às de nºs 1 e 2. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

31-Discussão e votação do Projeto de Lei nº 8, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a doar imóvel situado em Campinas à Fazenda do Estado e esta a transferir-lo a terceiros, na forma que especifica. Com emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado) (Com pedido de retirada)

32-Votação "ad referendum" do Projeto de decreto Legislativo nº 24, de 1995, apresentado por relator especial pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 195, de 1995, encaminhando ao Ministério Público e à Procuradoria do Estado, a fim de que adotem as medidas cabíveis, cópias do Processo TC-048961/017/87, que trata do contrato celebrado entre o Escritório Regional de Saúde - ERSA-15 e a Himacon Construtora Ltda., firmado em 14/07/87, considerado irregular o contrato, termos de aditamento, o termo de reti-retificação, o demonstrativo de cálculos de reajusta, o termo de verificação e recebimento provisório e definitivo das obras e a liberação caucional e legal a despesa decorrente. Aprovado por relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle em seu Parecer nº 1454, de 1995.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1- Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo nº 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

SUMÁRIO

Ordem do dia	1
Pauta	2
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Atos Administrativos	18
Debates	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—
TRIBUNAL DE CONTAS	18

Este caderno, com 28 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.